



NOTAS SOBRE A POPULAÇÃO E O NÍVEL DE EMPREGO NO BRASIL

Osmar Faustino de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Jandir Ferrera de Lima

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PGE) da (UNIOESTE)

Ricardo Rippel

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PGE) da (UNIOESTE)

RESUMO: Esse artigo analisa os padrões de concentração da população e do emprego nos municípios do Brasil. A metodologia utilizada foi a análise espacial com foco na visualização dos chamados efeitos de “contágio” por proximidade espacial de diversas variáveis socioeconômicas. Essa preocupação tem crescido pelo entendimento que ao observar o comportamento de determinada variável, de forma local, não se deve desprezar seu comportamento em sua região imediata. Os resultados apontaram as conformações de clusters de emprego formal e população nos anos de 2011 e 2019. Também se percebeu ampla divergência regional no Brasil em relação a concentração da população e padrões de nível de emprego, com características de persistentes a longo prazo.

Palavras-chave: Análise Regional. Desenvolvimento Econômico. População. Emprego. Economia Brasileira.



1 INTRODUÇÃO

O debate em torno do conceito de desenvolvimento é abastada no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Muitos autores atribuem apenas os incrementos no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem atentar para a dinâmica da população (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Perroux (1982) e Romo (2008), o desenvolvimento econômico não pode ser limitado à expansão da produção, que é um indicador de dimensão de uma nação. No caso, o desenvolvimento econômico deve ser relacionado com padrões de concentração, dispersão e expansão de movimentos da população, emprego e renda.

Frente a essa perspectiva, o objetivo dessa análise consiste em verificar os padrões de concentração da população e do emprego nos municípios do Brasil. A pergunta do presente trabalho se encontra em verificar se a recente dinâmica da economia modificou de forma significativa os mercados de trabalhos das cidades no Brasil, comparando a conformação dos *clusters* populacionais com baixo dinamismo do mercado de trabalho em 2011 e 2019.

Para atender ao objetivo proposto, essa análise se utilizou da análise espacial com foco nos chamados efeitos de “contágio” por proximidade espacial de diversas variáveis socioeconômicas. Essa abordagem parte do entendimento que ao observar o comportamento de determinada variável, de forma local, não se deve desprezar seu comportamento em sua região imediata. Com os resultados, foram analisadas as conformações de *clusters* de emprego formal e população nos anos de 2011 e 2019. O período se refere a um momento de alto crescimento da economia brasileira (2011) e 2019 reflete a retomada da economia após um período de declínio entre 2016 e 2018. Os dados do período da epidemia de Covid-19 ainda não estavam sistematizados no momento dessa pesquisa.

Ao compreender a dinâmica das economias municipais como movidas pela produção e emprego, enquanto processos centrais será possível visualizar como ambas afetam e são afetadas pela concentração da população. O que fornecerá informações importantes para se definir políticas públicas de emprego e renda.

O presente trabalho está dividido além da introdução, considerações finais e referências, em referencial teórico, metodologia com os sub-tópicos: concentração populacional e nível de emprego nos municípios e análise de *clusters* a estatística bivariada de *Geary* e resultados.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

Perroux (1981) define desenvolvimento como mudanças nos processos mentais e sociais. Essas mudanças tornam a população apta para desenvolver, cumulativamente e de forma duradoura seu produto real global. Romo (2008) também relata que desenvolvimento se refere a estruturas, particularmente sociais e intelectuais. Em suas formas mais eficazes, consiste em uma atração recíproca e cumulativa de populações mais instruídas pelo aparato produtivo.

O desenvolvimento possui distintas definições, de acordo com cada formação de ideias, aliança e classe social. “Em cada relação espaço-tempo ele pode ser qualitativo, pluridimensional, popular, participativo, ecológico, dialógico e reflexivo, auto organizativo e público; é singular em cada relação espaço-tempo” (SAQUET, 2019 p. 28).

O desenvolvimento é dialético e contraditório, composto por identidades próprias, como também, envolvendo comportamentos autônomos e auto organizativos. Então, o desenvolvimento é fruto da auto-organização social e consciente, multidimensional e de forma contínua no tempo, perpetuado à autoconfiança de grupos sociais, à ação cooperativa e solidária (SAQUET, 2019).

O conceito de desenvolvimento vem se tornando objeto de abordagens e sentidos distintos, estando relacionado com as tradições culturais e teóricas em que se fundam, com os locais e os períodos históricos que beneficiaram a sua exibição e legitimação e, além disso, com os conflitos que o tiveram como componente. Tratando-se de um nome que tem procedência no seio da própria economia liberal, de modo que a finalidade do desenvolvimento sucessivamente foi o de abordar os caminhos para a reprodução do capitalismo (FAVERO, 2007).

Contudo, desde o seu surgimento, ele tornou-se o centro de grandes conflitos, produzindo origem a diferentes teorias do desenvolvimento. Isso constitui que não se trata de um conceito indiferente. De tal modo, no último século, embora tenha prevalecido a ideia de que o desenvolvimento é uma função do Estado, isso favorece as dinâmicas de industrialização, no seu término, assistiu-se a vitória do mercado. Em ambos os acontecimentos, o desenvolvimento constituiu o crescimento do capital. Porém, ao mesmo tempo, no meio das turbulências que ele gerou e nas margens dos processos que se tornaram hegemônicos durante este longo percurso, com insistência, teimosamente, constituíram delineados alguns das adjacências do que se poderia assinalar um desenvolvimento centrado no humano e criador de qualidade de vida (FAVERO, 2007).



Para Bresser-Pereira (2007), o desenvolvimento econômico é o processo de acúmulo de capital e de inclusão do progresso técnico na estrutura produtiva, o que leva ao aumento da produtividade ou da renda por habitante. Depois que se inicia, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente autossustentado desde que os mecanismos de mercado abarquem estímulos para o contínuo avanço do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Logo, o desenvolvimento econômico provoca alterações na composição, na cultura e nas instituições da sociedade.

Klein e Ferrera de Lima (2016), consideram a definição de desenvolvimento econômico como sendo o realce dada às dinâmicas locais, cuja ponderação sob a perspectiva histórica é estratégica para a concepção dos fatores a ele relacionados. Fatores que podem ser avaliados como essenciais para a melhora da qualidade de vida de uma determinada população.

Silva e Ferrera de Lima (2021), consideram que o desenvolvimento econômico possui a finalidade de estimular economias, para que venham acender de um estágio de subdesenvolvimento para um estado de desenvolvimento. Isto é, o desenvolvimento seria o aumento da riqueza econômica, tanto na perspectiva de melhoria de vida, como o da liberdade individual com características equitativas.

De acordo com Raiher e Ferrera de Lima (2009), o desenvolvimento econômico assinalar-se por transformações de cunho quantitativo em nível de produto e alocação dos recursos pelos distintos setores da economia e por mutações qualitativas nos números de bem-estar tanto econômico, como também o aspecto social. “O ponto chave para o início do desenvolvimento centra-se, então, no crescimento econômico com a intervenção do Estado” (RAIHER; FERRERA DE LIMA, 2009 p. 126).

Segundo Oliveira (2002), o desenvolvimento econômico deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia. Essas alterações são aprimoradas e aprimoram os indicadores de bem-estar econômico e social, minimizando a pobreza, o desemprego, a desigualdade, entre outros.

2.1 CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL E NÍVEL DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS

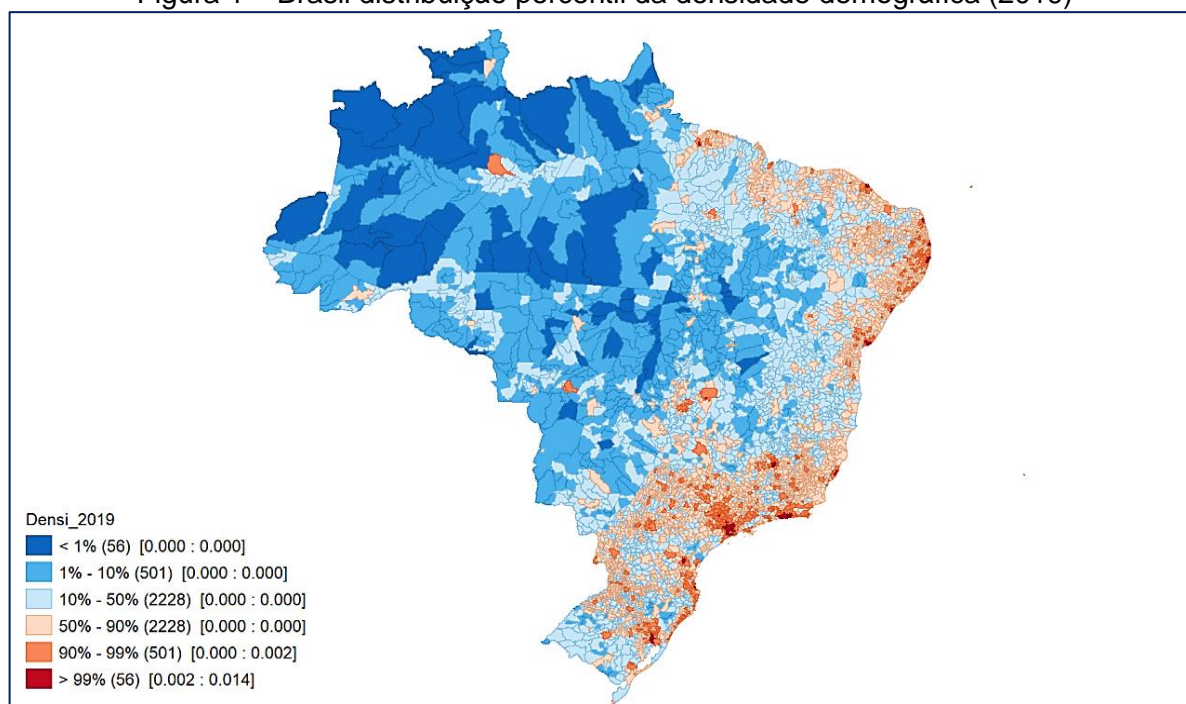
No Brasil, o processo de crescimento e desenvolvimento econômico se deram de forma heterogênea através do espaço. Ao longo do tempo, se consolidou a concentração econômica e populacional ao longo das capitais dos estados com forte polarização em São Paulo. Foi no estado de São Paulo onde ocorreu a maior parte da industrialização e da complexidade econômica do país. Isso estimulou diversos movimentos de migração de força



de trabalho vinda das regiões mais pobres, principalmente Norte e Nordeste, ao longo do século XX (GASPAR, 2015).

Quando se observa a Figura 1, se nota a densidade demográfica ao longo do território brasileiro. As grandes cidades na faixa litorânea, especialmente as capitais, concentram a maior parte da população brasileira, mas é o estado de São Paulo o que possui a maior interiorização da população pelos efeitos de dispersão que emanam do centro concentrador da Região Metropolitana da capital.

Figura 1 – Brasil distribuição percentil da densidade demográfica (2019)



Fonte: Elaboração própria com base em projeções da população do IBGE. Nota: População por quilômetros quadrados, expressa em milhões de pessoas.

Embora os padrões de concentração geográfica tenham persistência histórica, essa não tem sido autóctone e invariável em recortes espaciais menores. Tendências de concentração ou desconcentração da população se manifestam em diferentes pontos do território ao longo do tempo, essas transformações são proporcionadas pela interação de diversas variáveis socioeconômicas e demográficas. Ou seja, a população tende a concentração, seja para buscar recursos, segurança, emprego, condições de vida. O que implica em gerar as mesmas condições nas áreas periféricas para estimular a maior dispersão da população no espaço.

Cabe lembrar que uma das mais importantes forças que dinamizam a localização da população são as oscilações do ciclo econômico. Frente a essas oscilações, o movimento da

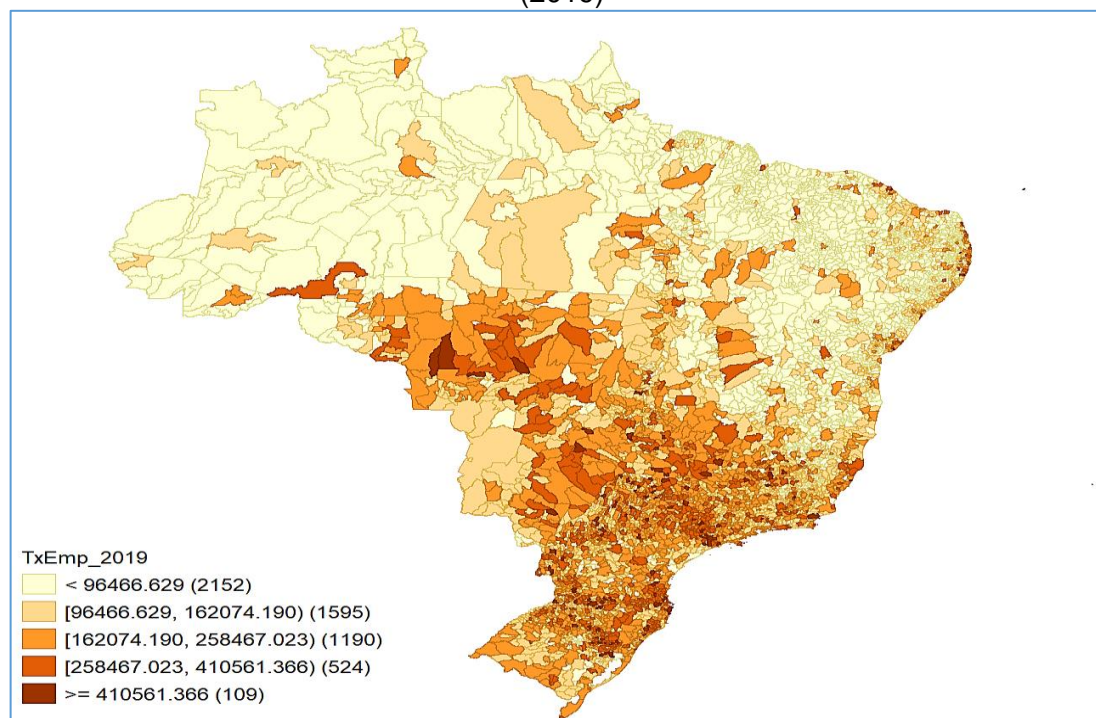


população e da força de trabalho interagem modificando tendências de concentração ou desconcentração no espaço geográfico.

Entre 2002 e 2010, a economia brasileira obteve uma taxa de crescimento econômico considerável, com grande dinamismo no mercado de trabalho e redução das desigualdades sociais. A partir de 2011, auge do ciclo de crescimento, a economia passou a desacelerar e entre 2015 e 2016 a economia adentra em uma das piores recessões de sua história que resultou em uma mudança estrutural na capacidade de crescimento da economia. Passando a uma persistente tendência de baixo dinamismo, que o crescimento performado não foi capaz de reaver o nível de produção experimentado em 2014 no ano de 2019 (DEDECCA; TROVÃO; SOUZA, 2014; BANCO CENTRAL, 2021; IBGE, 2021).

Durante o auge do crescimento da economia em 2011, ainda que o ciclo tenha produzido elevadas taxa de criação de empregos, ele não foi capaz de reverter a polarização econômica no Brasil. Isso se explica porque a capacidade das economias gerarem emprego não tem relação somente com a dotação de fatores de produção ao longo do espaço, incluindo a dotação de população para o trabalho, mas tem relação direta com a própria construção do processo de desenvolvimento produtivo e das condições das economias locais em mobilizarem seus recursos produtivos.

Figura 2 – Brasil: estoque de emprego formal dos municípios por milhão de habitantes (2019)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS e projeções da população do IBGE.



Pela figura 2 se nota que as economias do Sudeste e Sul ampliaram o estoque de emprego em escala e de forma superior aos padrões do Norte e Nordeste. Ou seja, foram capazes de produzir e manterem um mercado de trabalho mais pujante. Os níveis de emprego dos municípios das regiões Sul e Sudeste ficaram muito superiores aos observados na média das outras regiões, especialmente nos espaços interioranos do Norte e Nordeste.

3 METODOLOGIA

Nos últimos anos têm se aumentado o interesse por metodologias de análise espacial com foco em preocupações locais, especialmente na visualização dos chamados efeitos de “contágio” por proximidade espacial de diversas variáveis socioeconômicas. Essas preocupações têm crescido pelo entendimento que ao observar o comportamento de determinada variável, de forma local, não se deve desprezar seu comportamento em sua região imediata.

Avanços na construção de indicadores locais de associações espaciais se tornaram amplamente difundidos a partir do trabalho de Anselin (1995). Essa abordagem ficou conhecida como *Local Indicator of Spatial Association (LISA)*, que se trata de uma extensão para o contexto local da estatística global de Moran. O LISA verifica relações de correlação diretamente ou inversamente proporcionais entre variáveis observadas em determinada localidade e as observações de seus vizinhos, além de permitir a identificação de *outliers*.

No entanto, o fato de a proposição da análise estar baseada sobre o índice de Moran limita a análise a associações lineares entre essas observações. Na tentativa de superar essa dificuldade, Anselin (1995) aponta uma alternativa ao LISA, qual seja: uma versão local do índice de autocorrelação originalmente apresentado por R Geary (1954). O *Geary local* é baseado na diferença quadrática de determinado valor do atributo x (variável) em determinada localidade i e do mesmo atributo cada um de seus vizinhos j , resumidos em forma de um somatório ponderado por uma matriz de pesos espaciais w_{ij} .

$$G_i = \sum_j w_{ij} (x_i - x_j)^2 \quad (01)$$

A matriz de pesos w_{ij} é uma matriz quadrada com valores binários, de forma que os pesos da matriz não são zeros quando o espaço i e o espaço j são vizinhos. Por convenção



relações de vizinhança com o próprio espaço são desconsideradas, implicando que todos os elementos da diagonal principal são zeros $w_{ii} = 0$.

Para além da limitação de análise baseada em relações lineares, outro problema restava. A limitação de dimensões de análise ainda se apresentava, visto que originalmente somente era possível desenvolver o cálculo univariado dessas medidas. Levando em conta essas preocupações, Anselin (2019) desenvolveu uma versão multivariada para a autocorrelação de Geary.

Em um contexto multivariado, é necessário que as variáveis sejam padronizadas para que sua média seja igual a zero e sua variância igual a um. Supondo duas variáveis padronizadas p_1 e p_2 sob análise, a distância quadrática em duas dimensões pode ser definida como:

$$d_{ij}^2 = (p_{1i} - p_{1j})^2 + (p_{2i} - p_{2j})^2 \quad (02)$$

Dessa forma, a distância quadrática em um ambiente bidimensional entre os atributos da localização i e seus vizinhos é dada por:

$$G_i = \sum_j w_{ij} d_{ij}^2 \quad (03)$$

Em que:

$$G_i = \sum_j (p_{1i} - p_{1j})^2 + \sum_j (p_{2i} - p_{2j})^2 \quad (04)$$

Cada somatório de G_i representa uma dimensão da distância entre os atributos observados na região i e seus vizinhos. Para verificar se essas estimativas são estatisticamente significantes é testada a hipótese nula de aleatoriedade de distribuição espacial, a partir de permutações computacionais condicionais (ANSELIN, 2019). Esse teste gera a distribuição de probabilidade em torno da hipótese nula, o resultado da significância estatística é obtido a partir da comparação do *pseudo* p-valor obtido com a significância estatística escolhida pelo pesquisador (em geral 95% de confiança).

Para verificar a coincidência entre níveis relativos de emprego e população através dos municípios do Brasil e suas relações espaciais com seus vizinhos, realizou-se a análise de cluster bivariada a partir das variáveis população e nível de emprego formal. Os números



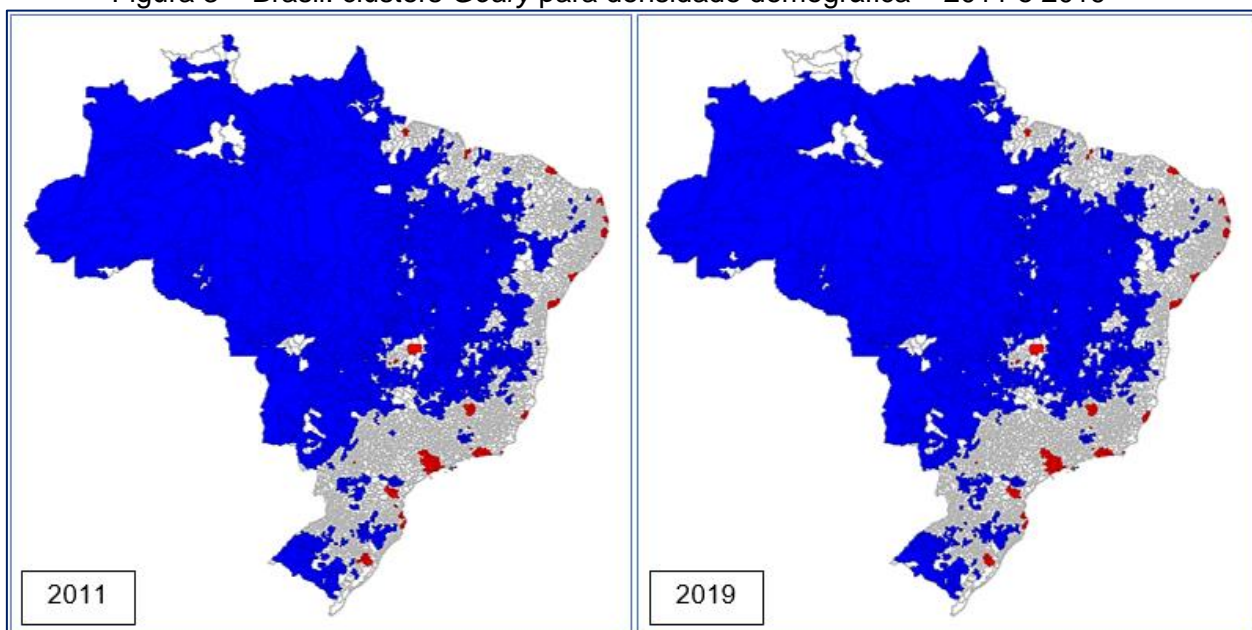
da população foram obtidos da estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto os dados de emprego formal foram obtidos através da plataforma da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Foram analisadas as conformações de *clusters* de emprego formal e população nos anos de 2011 e 2019. Ambas as variáveis foram transformadas para retirar efeitos de escala e permitir comparações, assim, a população foi expressa em termos de densidade demográfica (habitantes por quilômetro quadrado) e taxa de emprego formal por milhão de habitantes.

4 RESULTADOS

A figura 3 revela, em seu tom mais azulado, os *clusters* de municípios do país que possuem uma baixa densidade demográfica e, em vermelho, os clusters de alta densidade.

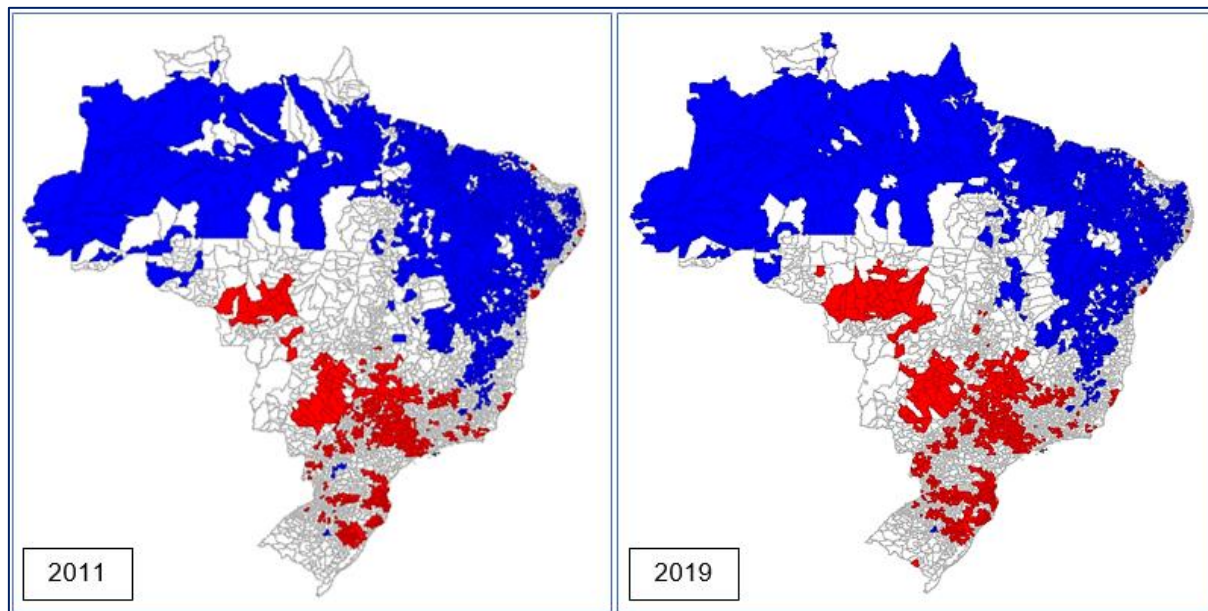
Figura 3 – Brasil: clusters Geary para densidade demográfica – 2011 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em projeções da população do IBGE.
Nota: População por quilômetros quadrados, expressa em milhões de pessoas.

As evidências a partir da comparação entre os padrões observados em 2011 e 2019 mostraram que não houve grandes transformações de concentração populacional no período, mas além desse resultado esperado também não foi possível observar alterações significativas no padrão de dinamicidade do mercado de trabalho ao longo do território brasileiro.

Figura 4 – Brasil: clusters Geary para taxa de emprego formal por milhão de pessoas – 2011 e 2019.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS e projeções da população do IBGE.

Ainda que tenham passado por perdas de postos de trabalho, as regiões Sul e Sudeste do país e as áreas adjacentes continuaram sendo dinamizadas por efeitos de transbordamento, criando grandes espaços de expansão da economia. Toda a dinamicidade observada na metade Sul do país contrasta diretamente com a realidade observada no Norte e Nordeste em que se destacam a existência de gigantescos espaços em que se concentram mercados de trabalho frágeis.

A Região Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul) no início do século XX surgiram as primeiras empresas do setor agrícola empresarial, aprimorados na produção de grãos e cereais, em permuta parcial da pecuária e da produção de lã. De tal maneira a produção agrícola e a pecuária mantiveram grandes áreas extensivas, influenciando a distribuição das aglomerações urbanas. A dinâmica da agropecuária e seu aspecto fundiário influenciaram na organização do espaço e determinaram os desempenhos sociais e demográficos, as formas de concentração de renda e o modo de consumo da Mesoregião (FAUSTINO DE OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA, 2022).

A Mesosul, O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) tentou amortizar a estagnação e o baixo dinamismo da Mesosul. Como também, suas disparidades regionais por meio dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis, com



embasamento no fomento dos potenciais e ativos de capital humano e social, como a integração e articulação dos atores regionais. Os aparelhos utilizados para a relação e articulação dos atores em prol da potencialidade endógena da Mesosul foram “os portais de difusão e os sistemas de informação mesorregional, balizados pelos Planos de Ação Mesorregional, que priorizavam as demandas regionais. A execução dos programas era conduzida por organizações regionais e acordos entre municípios” (FAUSTINO DE OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA, 2022).

As divergências regionais tenderam a aumentar quando se considera que as áreas de influência espacial entre os municípios com maior dinamicidade do mercado de trabalho agregaram mais municípios, assim como também aumentou a área de influência negativa dos municípios do Norte e Nordeste. Isso indicou que enquanto os mercados de trabalho do Sul, Centro-Oeste e Sudeste ampliaram sua capacidade de integração expansionista, no Nordeste o movimento ocorre na direção inversa, de forma que o resultado é a ampliação da distância entre centro e periferia.

A junção da análise de densidade demográfica em conjunto com a taxa de emprego por milhão de pessoas permite verificar casos em que há divergências significativas entre a concentração populacional e empregabilidade através dos municípios. Os resultados estão na figura 5. Esses resultados destacam, em vermelho, as cidades que apresentaram essas características.



Figura 5 – Brasil: clusters Geary para alta densidade demográfica e baixa taxa de emprego por milhões de habitantes (2019).



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS e projeções da população do IBGE.

Ao longo do país ocorreram dois focos de *clusters*, que foram identificados, quais sejam: primeiro em áreas metropolitanas imediatas as capitais dos estados, onde se apresentam municípios com elevada densidade demográfica, mas baixa empregabilidade. A explicação para esse fenômeno está associada ao efeito polarizados e concentrador dos empregos nas capitais, nas quais as cidades adjacentes se caracterizam por servir como moradia para os trabalhadores que se deslocam para trabalhar nos centros urbanos. Esse é o caso de todas as capitais litorâneas do Nordeste e as capitais do Sudeste, com destaque para a região metropolitana de São Paulo capital.

Em segundo, outros focos não metropolitanos foram caracterizados pela baixa dinamicidade econômica, o que é um indicativo de grandes massas populacionais fora dos



mercados de trabalho. Esses focos foram observados, sobretudo no interior do Nordeste. Um número significativo de observações ocorre no estado da Paraíba e no Piauí.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho consiste em verificar os padrões de concentração da população e do emprego nos municípios do Brasil. A metodologia utilizada foi a construção do índice de autocorrelação de *Geary* e a análise de *clusters*.

Os resultados demonstraram ampla divergência regional no país em relação a concentração da população e padrões de nível de emprego, com características de persistentes a longo prazo.

Em relação a densidade demográfica ficou perceptível se concentra nas regiões mais litorâneas do país, principalmente nas grandes capitais. Em termos de emprego, a divisão entre regiões Norte e Nordeste com o Centro-Sul é a mais importante. Fica evidenciada uma grande concentração de municípios com baixo nível de emprego com vizinhos que possuem essa mesma característica, justamente nas regiões mais pobres do país. No Centro-Sul historicamente mais rico a realidade é de grandes aglomerados de municípios com mercados de trabalho dinâmicos.

Ao confrontar a espacialidade do emprego com a espacialidade da densidade demográfica, foi possível isolar os casos em que esses são divergentes, revelando cidades com alto contingente populacional e baixa empregabilidade. Municípios com essas características aparecem, sobretudo, em Regiões Metropolitanas imediatas a grandes cidades e as capitais do país e a diversos municípios pequenos no interior do Nordeste.

Os resultados demonstraram também a necessidade de políticas públicas de emprego e renda focalizadas no interior do Brasil, indiferente a regiões, pois uma parcela da falta de dinamismo também ocorre em área de macrorregiões consideradas mais desenvolvidas.

Essa pesquisa pode ser aprofundada estudando os determinantes socioeconômicos que explicam essas condições visualizadas. Constituinte uma preocupação não somente teórica, mas também para determinar o foco das políticas públicas de desenvolvimento.



AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pelo suporte fornecido por meio do Edital Universal e Demanda Social.

REFERÊNCIAS

ANSELIN, Luc. Local indicators of spatial association—LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.

ANSELIN, Luc. A local indicator of multivariate spatial association: extending Geary's C. **Geographical Analysis**, v. 51, n. 2, p. 133-150, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Home Page: <https://www.bcb.gov.br/> Acesso em: 06 nov. 2021.

BONENTE, B. I.; ALMEIDA FILHO, N. Há uma Nova Economia do Desenvolvimento? **Revista de Economia**, v. 34, n. 1 (ano 32), p. 77-100, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília – DF; MTE.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Conceito Histórico De Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2007.

DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M.; SOUZA, L. F. Desenvolvimento e equidade: Desafios do crescimento brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, (98), 2014.

FAUSTINO DE OLIVEIRA, O.; FERRERA DE LIMA, J. Economia Urbana e Desenvolvimento Municipal na Metade Sul do Grande do Sul. **Revista Grifos** – Unochapecó. Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023. Publicado: 30/06/2022.

FAVERO, C. C. Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2007.

GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrôpole**. 17 (33), 2015.

GEARY, R. C. The contiguity ratio and statistical mapping. **The incorporated statistician**, v. 5, n. 3, p. 115-146, 1954.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html> Acesso em: 29 nov. 2021.

KLEIN, C. F.; FERRERA DE LIMA, J. O Desenvolvimento Econômico Regional do Brasil. **DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins** – V. 2 – n. 02. p.155-180, jan/jun. 2016.



OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PERROUX, F. **Dialogue des monopoles et des nations**, Grenoble, PUG, 1982.

PERROUX, F. **Pour une philosophie du nouveau développement**, Paris, Aubier, Les presses de l'UNESCO. 1981.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. A influência dos Investimentos Estatais no Desenvolvimento Econômico dos Municípios Paranaenses. **Informe Gepec**, Toledo, v. 13, n. 2, p. 121-137, jul./dez. 2009.

ROMO, G. H. François Perroux: pionero olvidado de la economía del desarrollo. **Mundo siglo XXI**, v. 11, pág: 11-22. México, 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/mundo-siglo-xxi/articulo/francois-perroux-pionero-olvidado-de-la-economia-del-desarrollo> Acesso em: 12/10/2021.

SAQUET, M. A. O Território: a Abordagem Territorial e suas implicações nas Dinâmicas de Desenvolvimento. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 23, p. 25-39, 2019. Edição especial.

SILVA, J. S.; FERRERA DE LIMA, J. O Desenvolvimento Socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas. **Interação**, Varginha, MG, v. 23, n. 1, p. 61-77, 2021, ISSN 1517-848X / ISSN 2446-9874.